



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PROJETO DE LEI Nº 411 de  
2007**

### CLASSIFICAÇÃO

( ) Supressiva ( ) Substitutiva ( ) Aditiva  
( ) Aglutinativa ( x ) Modificativa

### Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO JÚLIO CÉSAR		PI	____/____

Altera a redação do art. 2º, bem como de seus parágrafos 1º, 3º, 4º e 7º, que passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º Os órgãos de administração fazendária ou tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observada a respectiva competência tributária e jurisdição administrativa, terão amplo e irrestrito acesso às informações cadastrais, econômico-fiscais e tributárias relacionadas aos empresários e às pessoas jurídicas inscritas nacionalmente no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 1º Os empresários e as pessoas jurídicas inscritas no CNPJ ficam dispensados do ato de inscrição em qualquer outro cadastro de contribuintes mantido pela União, Distrito Federal, Estado e Municípios.

§ 2º .....

§ 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fins do compartilhamento de cadastros previsto no inc. XXII da Constituição Federal, procederá a habilitação dos órgãos fazendários de todos os entes federados para que, atendidos os requisitos técnicos de sistemas, funcionem como



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

agentes operacionais do CNPJ, com competência para promover inscrição ou baixa de contribuintes, bem assim outras alterações cadastrais.

§ 4º É da Receita Federal do Brasil a responsabilidade para expedir normas necessárias ao funcionamento do CNPJ, atendidas as requisições documentais dos órgãos fazendários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 5º .....

§ 6º .....

§ 7º É vedado à Receita Federal do Brasil e demais agentes operacionais do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) exigir e dar interpretações sobre matéria não fazendária.

### JUSTIFICATIVA

A desburocratização nos processos de abertura, manutenção e fechamento de empresas é uma necessidade urgente em nosso país, entretanto isto deve ser feito de forma a respeitar a autonomia dos entes federados no sentido de regulamentar o funcionamento de atividades econômicas na sua circunscrição.

Assim, atendendo a solicitação da Confederação Nacional de Municípios, que preocupada com a perda de autonomia que poderia representar a dispensa das empresas de realizarem a sua inscrição no cadastro municipal de empresas, o que dificultaria os controles com relação a questões como instalação de atividades econômicas em locais vedados pelo Plano Diretor, ou mesmo de regularidade desses empreendimentos com relação ao Alvará de Funcionamento, podendo ocorrer inclusive a instalação de atividades de risco em logradouros exclusivamente residenciais, apresentamos a presente emenda, que mantém a simplificação do processo de registro e funcionamento das empresas, entretanto permitindo o amplo acesso dos Municípios aos dados das empresas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, de forma



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

que os entes possam analisando as informações das empresas instaladas em seu território, exercer o seu papel de fiscalização, garantindo dessa forma o respeito à legislação local e, conseqüentemente, a segurança e o bem estar da população.

**PARLAMENTAR**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
**DATA**

\_\_\_\_\_  
**DEP. FEDERAL JÚLIO CÉSAR**  
**/ PI**